

O trabalho de campo como um lugar em processo: experiências de uma pesquisa geográfica com a população em situação de rua numa grande metrópole

Igor Martins Medeiros Robaina

Ufes

p. 241-256

Como citar este artigo:

ROBAINA, I. M. M. O trabalho de campo como um lugar em processo: experiências de uma pesquisa geográfica com a população em situação de rua numa grande metrópole. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 22, n. 1, p. 241-256, mês. 2018. ISSN 2179-0892.

Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/137916>>. doi: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2018.137916>.



Este artigo está licenciado sob a Creative Commons Attribution 4.0 License.

O trabalho de campo como um lugar em processo: experiências de uma pesquisa geográfica com a população em situação de rua numa grande metrópole

Resumo

O trabalho de campo é uma importante prática da geografia em diferentes perspectivas. Este artigo insere-se nesse contexto com uma experiência de pesquisa que entende o trabalho de campo não só como instrumento específico para a obtenção de dados, mas como um processo de construção de conhecimento marcado pela vivência do pesquisador em campo, com lógicas e dinâmicas socioespaciais de interação, posicionalidade e reflexividade. A pesquisa qualitativa analisou espacialidades cotidianas de pessoas em situação de rua na área central da cidade do Rio de Janeiro. Procurou-se compreender essas espacialidades por meio de aproximação e entrada no campo, diálogos, conflitos, limites e ética na pesquisa. Assim, o próprio o trabalho de campo constituiu-se num desafio epistemológico e ensejou reflexões e eventuais subsídios para a pesquisa geográfica.

Palavras-chave: Trabalho de campo. Pesquisa qualitativa. Espacialidade. Epistemologia. População em situação de rua.

Fieldwork as a place in process: geographic research experiences with a homeless population in a large metropolis

Abstract

Fieldwork is an important practice within geography, and scholarship about this theme is quite diverse. This article discusses a research experience that problematizes our understanding of fieldwork, not only as a moment to collect data, but as a process of constructing knowledge. This process is characterized by the experience of the researcher through socio-spatial logistics and dynamics of interaction, positionality, and reflexivity. This qualitative research in question analyzed the everyday spatialities of central Rio de Janeiro's homeless population.

The effort to understand these spatialities raises questions about entering the field, as well as the conflicts, limits, and ethics of this research. As such, fieldwork represents an epistemological challenge for researchers and provides possibilities for future scholarship within geography.

Keywords: Fieldwork. Qualitative research. Spatiality. Epistemology. Homeless.

Introdução

Tu tem que viver. Não adianta você me perguntar. Você tem que viver os lugares que eu vivo. É isto aqui, ó. É esta praça, as pessoas. [...] Tu tem que experimentar. Experimentar é bom. Tu tem que pegar um cobertor e botar ele na mochila. Deitar na grama ou no chão, tranqüilão, sem se preocupar com a vida. Aí você vai entender. Tem que ficar o dia todo com fome. Sentar aqui e esperar a comida chegar. Comer aquela comida. Conviver com as pessoas, e aí você vai entender o que é, porque que você viveu. Porque quem não vive não pode aprender só com a história, porque a história vai te ensinar o que aconteceu, ela não vai te mostrar o que realmente é. Tem que sentir. É isso aí (Osmar, 35 anos).

Parece pouco provável que algum geógrafo conteste a importância do trabalho de campo para a própria disciplina. De fato, essa atividade não se caracteriza apenas como um instrumento ou procedimento que dá suporte à produção do conhecimento científico, mas constitui-se em uma espécie de tradição que integra a própria identidade do ser geógrafo e/ou professor de geografia.

No caso brasileiro, a associação com essa tradição desempenhou um papel central na própria institucionalização da disciplina. Como afirma Abreu (1994, p. 205), “a geografia brasileira fez do trabalho de campo, do contato direto com a observação, uma atividade não apenas fundamental de pesquisa, como também de aprendizado”. Seu caráter formativo é reconhecido ainda hoje. No ensino superior, não são poucos os casos em que a prática está formalmente presente no currículo dos cursos de graduação, seja em disciplinas específicas como os Estágios de Campo, seja pela previsão de carga horária de campo em disciplinas temáticas. Na educação básica, a recorrência de passeios ou excursões, muitas vezes com caráter lúdico e contemplativo, atestam a vitalidade do trabalho campo para o ensino de geografia.

O tema também tem chamado a atenção de geógrafos brasileiros e estrangeiros dedicados a reflexões teórico-metodológicas de caráter mais geral (Ruellan, 1944; Lacoste, 2006; Katz, 1994; Escolar, 1998; Suertegaray, 2002; Nairn, 1996; Hope, 2009; Pires do Rio, 2012; Zusman, 2011). Essas reflexões evidenciaram a natureza extremamente heterogênea e muitas vezes contraditória dos procedimentos associados ao trabalho de campo, o que acaba por reforçar, por exemplo, a dicotomia entre geografia física e geografia humana. De fato, o tema é extremamente complexo, vasto e demanda uma continuidade de pesquisas e reflexões.

Diante disso, o objetivo central deste trabalho, em forma de relato de experiência de campo, consiste em compartilhar alguns desafios cotidianos de uma pesquisa em geografia. Destacam-se os aspectos relativos à construção teórica e metodológica para investigar o fenômeno da população em situação de rua – tema pouco estudado na geografia brasileira –, bem como sobre estratégias de aproximação, diálogos, tensões e conflitos em espaços públicos que enfrentei durante o período de doutoramento (Robaina, 2015). Parte-se da premissa de que, em determinadas pesquisas em geografia, sobretudo aquelas que envolvem a dimensão qualitativa e a necessidade de observação e de diálogo com grupos ou segmentos populacionais, o trabalho de campo não se configura somente como uma etapa voltada para aquisição de dados, mas como um lugar processo. É nesse lugar que emerge uma série de questionamentos, descobertas e reflexões transformadoras que impactam o próprio pesquisador e seus modos de agir e compreender o fenômeno estudado e sua dimensão espacial.

A escolha do campo: dificuldades e emergência do tema numa pesquisa geográfica

A população em situação de rua é um fenômeno amplamente disseminado, sobretudo em grandes centros urbanos. É difícil não notar sua presença na composição da própria paisagem, como, por exemplo, nos metrô de Paris, nas calçadas de Los Angeles ou nas praças da área central de São Paulo. Entretanto, a despeito de sua visibilidade e da reconhecida sensibilidade da geografia às desigualdades socioespaciais, poucos são os geógrafos que se dedicam a compreender o fenômeno em si ou sua relação com o espaço urbano.

O mesmo não ocorre em outros campos do conhecimento como a sociologia, a antropologia, o serviço social, a psicologia e a saúde coletiva, em que o debate sobre o tema já está consolidado (Cabrera, 1998; Daly, 1996, 1998; Escorel, 1999; Frangella, 2010; Giorgetti, 2006; Kasper, 2006; Leite, 1998; Rizzini, 2003; Rosa, 2005; Silva; Milito, 1995; Snow; Anderson, 1998; Springer, 2000; Stoffels, 1977; Vieira; Bezerra; Rosa, 1992; Varanda; Adorno, 2004). Contudo, as pesquisas nessas áreas dão, em geral, pouca importância à dimensão espacial do fenômeno, privilegiando questões sobre sua gênese, ações assistenciais e trajetórias individuais que explicam a chegada das pessoas às ruas. De fato, uma das consequências dessa escassez de reflexões propriamente geográficas sobre a população em situação de rua é a persistência de uma visão, amplamente difundida no imaginário social, segundo a qual essas pessoas “perambulam”, “vagueiam” ou andam sem destino pelas cidades.

As lacunas na bibliografia especializada representaram uma grande dificuldade para minha pesquisa de tese, mas não a única. Meu interesse particular pelo tema foi fortemente marcado por uma questão de ordem pessoal, algo aliás bastante comum nas pesquisas em ciências humanas e sociais (Paugam, 2015). Ocorre que, quando ainda era um adolescente migrante na cidade do Rio de Janeiro, meu pai viveu a situação de rua. Portanto, o maior desafio que enfrentei no curso do trabalho envolveu a necessidade, muitas vezes reiterada, de produzir um afastamento, uma ruptura moral em relação àquilo que o tema representava para mim em termos afetivos, transformando-o num objeto de pesquisa relevante para a geografia.

Outra dificuldade foi construir uma base empírica para a investigação. Dada a natureza da minha empatia com as pessoas em situação de rua, eu estabelecia uma relação quase espontânea entre o fenômeno e um espaço de referência: a cidade do Rio de Janeiro. Nesse caso, também precisei de um deslocamento epistemológico em relação a essa inclinação afetiva para ser capaz de definir um recorte espacial satisfatório para o trabalho.

Em primeiro lugar, consulte fontes documentais, o que me permitiu constatar a significativa continuidade histórica da presença da população em situação de rua na cidade, especialmente nos espaços públicos de sua área central. Na sequência, o levantamento realizado em periódicos matutinos da cidade reforçou essa compreensão e, além disso, permitiu acompanhar a construção do fenômeno como um problema de política pública e como um caso de polícia, como se pode verificar no título de algumas reportagens de O Globo:

O problema da mendicidade e as ideias radicais do Sr. Chefe de polícia (15 set. 1926)

Movimentada caça aos mendigos: várias prisões no Centro da cidade (8 ago. 1939)

Novo prédio para recolher mendigos: solução de um problema que aflige a população – fala O GLOBO ao Chefe do Serviço de repressão à Mendicância (12 jul. 1956)

Mendigos vivem acampados em frente ao MAM (16 mar. 1980)

Praça Quinze vira acampamento de mendigos: população de rua chega a montar tendas na região; batalhão tem PMs à paisana na área para combater assaltos (11 jun. 2010)

O levantamento nos jornais também permitiu constatar a ocorrência de conflitos e ações violentas envolvendo esse segmento populacional. Ao longo dos anos, noticiaram-se inúmeros espancamentos, desaparecimentos e mortes de pessoas em situação de rua. Ao mesmo tempo, o registro de alguns eventos emblemáticos chamava a atenção para os riscos cotidianos que corriam esses sujeitos, como nos casos da Operação Mata-Mendigos e da chacina da Candelária.

O primeiro deles ocorreu entre 1962 e 1963, quando pessoas em situação de rua desapareceram da área central e foram encontradas mortas às margens do rio Guandu. Muitos dos corpos estavam com os braços e as pernas amarrados. Constatou a causa mortis por afogamento. O segundo evento ocorreu na noite de 23 de julho de 1993. Aproximadamente 50 pessoas em situação de rua, entre crianças e adultos, foram atacadas a tiros enquanto dormiam perto da igreja Nossa Senhora da Candelária, na área central da cidade do Rio de Janeiro, o que resultou em oito mortes. Ao final da investigação, chegou-se à conclusão de que os cinco homens que cometeram o crime eram policiais.

Esses eventos mostram como é complexa e problemática a relação entre essa população e a dinâmica de violência na cidade. Revelam também um aspecto do fenômeno que apresenta significativa continuidade espaço-temporal, que precisaria ser investigada durante a pesquisa.

Entretanto, mesmo com um grande volume de material e a possibilidade de reconstruir uma geografia histórica sobre esse tema na cidade do Rio de Janeiro, eu queria analisar o quadro atual do fenômeno. Assim, preliminarmente, procurei os dados secundários porventura existentes acessando recenseamentos, levantamentos e estimativas que fornecessem indicadores para a organização da pesquisa. Saber quantos eram, quem eram e onde estavam as pessoas em situação de rua poderia ajudar a pensar os passos seguintes da investigação. Todavia, a carência ou inexistência de dados avultavam as dificuldades. O único documento existente em nível federal e disponível para acesso era a Pesquisa nacional sobre a população em situação de rua, realizada em 2008, que contabilizava 31.922 pessoas adultas em todo o país.

Os dados municipais eram ainda mais escassos. Poucos municípios se haviam empenhado em conhecer o fenômeno, e a maioria não dispunha de nenhuma informação, não queria revelar os dados ou se limitava a apresentar números absolutos sem explicar os métodos que teriam levado a eles. Ainda hoje é uma incógnita o quadro demográfico e socioespacial dessa população em muitas cidades brasileiras, o que dificulta o próprio entendimento do fenômeno em diferentes níveis de análise e a possibilidade de se aperfeiçoarem as políticas públicas.

No caso da cidade do Rio de Janeiro, a referência oficial consultada foi o Levantamento da população em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro (2008), que contabilizou 1.906 pessoas nessa situação. O documento discorre acerca das questões metodológicas envolvidas no levantamento, cuja abrangência considerou 16 grandes áreas de concentração dessa população, definidas a partir do conhecimento prévio acumulado pela Assistência Social do município. Cabe salientar que foram excluídos da amostra todos aqueles que se encontravam nos abrigos públicos, os que não estavam circunscritos nas áreas escolhidas, bem como aqueles que permaneciam em pensões ou hospedarias e que poderiam voltar aos espaços públicos a qualquer momento. De todo modo, reconhecemos as dificuldades para conduzir esse tipo de trabalho, sobretudo pelo caráter altamente flutuante dessa população e pela mobilidade espacialmente complexa das pessoas envolvidas, bem como dos poucos recursos disponíveis.

A despeito de suas limitações metodológicas, o documento forneceu algumas informações imprescindíveis para a elaboração da pesquisa e para a definição do recorte espacial da análise. De acordo com o levantamento, 35,1% dessa população (670 pessoas) permanecia na área central da cidade. Desse modo, menos de 0,5% da área total do município do Rio de Janeiro, segundo dados oficiais, concentrava mais de um terço de todo esse segmento populacional. Essa informação, relativa à densidade demográfica, indicava que a área central era um espaço de referência importante para as práticas e interações dessa população.

Todavia, enquanto o recorte espacial se tornava mais preciso, ainda era necessário resolver algumas questões concernentes à heterogeneidade do fenômeno e ao perfil específico que seria analisado durante a pesquisa. Parecia claro que a faixa etária e o sexo, bem como outras dimensões da vida social, poderiam resultar em múltiplas diferenciações internas ao universo analisado.

Quanto à composição etária, do total de 1.906 pessoas, o referido Levantamento (2008) revelou que 73,77% (1.406) dos identificados eram adultos, 7,08% (135) adolescentes, 8,18% (156) jovens, 3,46% (66) crianças, 3,6% (71) idosos, e 3,93% (75) não foi informado. No que

concerne à diferenciação por sexo, o Levantamento (2008) revela uma tendência já conhecida em outros estudos no Brasil e no mundo. A maior parte dessa população era composta por pessoas do sexo masculino, com 79,64% (1518 pessoas), enquanto as pessoas do sexo feminino representavam 17,21% do total (388 pessoas) e 3,15% (60) não foi informado.

Os dados relativos às variáveis etária e de sexo em duas grandes áreas do levantamento, que correspondem à área central da cidade do Rio de Janeiro, foram ainda mais conclusivos para a consolidação do recorte espacial e do perfil sociodemográfico da análise. Nas áreas de concentração Avenida Presidente Vargas e Grande Centro, respectivamente 80,85% e 80,50% das pessoas identificadas eram adultas, e 90,96% e 81,12%, do sexo masculino. Nesse sentido, optou-se por analisar especificamente as pessoas adultas e do sexo masculino na área central da cidade do Rio de Janeiro, uma vez que representavam o perfil e o recorte mais significativos para uma possível compreensão do fenômeno.

Entretanto, embora tenham permitido avanços no desenho da pesquisa, os dados extraídos das fontes oficiais, em virtude do nível de agregação em que foram disponibilizados, não eram adequados ao desenvolvimento de uma análise da dimensão espacial do fenômeno a partir do recorte espacial estabelecido. Além disso, outras inquietações de caráter metodológico já estavam presentes, antes mesmo do início do curso de doutorado, fruto de observações anteriores e não sistemáticas da população em situação de rua no centro do Rio de Janeiro.

Durante a graduação e o mestrado, pela necessidade de fazer movimentos pendulares intrametropolitanos, eu me andava com frequência na área central da cidade. Nesses deslocamentos, meu olhar, já minimamente treinado, era capaz de identificar alguns padrões, algumas regularidades na distribuição das pessoas em situação de rua, como, por exemplo, concentrações em determinadas ruas e praças, além de uma diferenciação espaço-temporal dessas concentrações relacionadas a períodos da manhã e da noite. Embora eu ainda não fosse capaz de elaborar uma hipótese que tornasse inteligíveis tais observações, parecia inegável que havia uma lógica socioespacial capaz de lançar luz sobre o fenômeno. Mais do que isso, os ritmos e as dinâmicas da vida cotidiana pareciam fornecer uma chave de interpretação promissora para futuras pesquisas.

A opção por trabalhar com a vida cotidiana como categoria de análise abriu um caminho para a compreensão de um conjunto de práticas, comportamentos e intencionalidades que marcavam as lógicas espaço-temporais de permanência e de mobilidade da população em situação de rua na área central da cidade. Nesse sentido, acompanhamos o entendimento segundo o qual a vida cotidiana não é algo trivial; pelo contrário, é um elemento fundamental para a compreensão de diferentes configurações, dinâmicas e processos sociais (Berger; Luckman, 2003; De Certeau, 1998, 1999; Goffman, 1985, 2012; Heller, 1972, 1991; Lefebvre, 1980, 1991; Schütz, 1979; Wolf, 1979), bem como de sua dimensão espacial (Castro, 1997; Eyles, 1989; Hägerstrand, 1985; Lindón, 2000, 2006, 2007).

Como resultado das escolhas descritas acima, o caminho metodológico organizou-se em torno da necessidade de adotar uma perspectiva dialógica e imersiva que valorizasse a visão dos próprios sujeitos sobre as espacialidades de sua vida, o que só seria possível em encontros pessoais e com interlocução dialógica. Ou seja, era preciso ir às ruas, e o trabalho de campo se mostrou imprescindível para o desenvolvimento da pesquisa.

Entrando em campo: em busca de uma posição

Como era de esperar, a aproximação dialógica com a população em situação de rua nos espaços públicos foi outro grande desafio para a pesquisa. De fato, reflexões mais amplas, relativas às ideias de estigma em Goffman (1982), de outsiders em Becker (2008) ou de abjeto em Butler (2008), já permitiam antever o que eu enfrentaria no contato com esses sujeitos nos espaços públicos.

Iniciei então o trabalho de campo e decidi fazê-lo de forma independente, ou seja, sem nenhum tipo de mediação ou proteção institucional. Em certa medida, essa opção foi orientada por alguns preconceitos e estereótipos que eu havia construído ao longo da minha trajetória acadêmica, o que dificultou minha aproximação com tais instituições. Esses estereótipos baseavam-se nos inúmeros registros de atos de violência cometidos pela polícia militar, pela guarda municipal e, em menor proporção, até mesmo por profissionais vinculados às secretarias de assistência social contra a população em situação de rua no Brasil. Experiências de espancamento, retirada de objetos pessoais, recolhimento compulsório para abrigos públicos e diferentes formas de humilhação marcavam o sentimento de parte dessa população e eram narrados em alguns espaços de diálogo existentes, alguns deles, inclusive, organizados por Ministérios Públicos estaduais.

Por outro lado, eu nutria certa desconfiança das instituições religiosas que trabalhavam com a população em situação de rua, sobretudo em virtude da indissociabilidade entre a catequese e as práticas assistenciais. Nesse sentido, mesmo sendo um pesquisador e buscando romper com todos os tipos de determinações, reconhecia em mim mesmo um conjunto de preconceitos. Por outro lado, eu sabia que a opção por um alinhamento específico com o Estado ou com as instituições religiosas teria como consequência possíveis impactos em minha própria posição como pesquisador, devido a disputas e conflitos socioespaciais já estabelecidos entre a população em situação de rua e outros grupos e segmentos populacionais. Tratava-se de uma questão de posicionalidade, pois, como afirma Cicourel (1980, p. 89): “ao mesmo tempo em que o pesquisador define o seu papel, o seu próprio papel também passa a ser definido pela perspectiva dos envolvidos sociais”. Meu desejo inicial era, portanto, não ser definido ou classificado a partir de nenhuma dessas duas esferas institucionais, pois não queria arcar com o ônus dessa associação.

Sendo assim, decidi me aventurar sozinho pela área central da cidade do Rio de Janeiro. O primeiro exercício consistiu em apenas observar pessoas em situação de rua, sem travar nenhum tipo de diálogo. Confiante na importância da observação direta para a pesquisa em geografia, passei por toda a área central e, com um mapa em mãos, procurei identificar as marcas e as concentrações espaciais do fenômeno. De fato, estava diante de um primeiro grande impasse, pois não era possível, apenas por meio da observação, ter a garantia de que as pessoas que estavam em determinadas áreas encontravam-se em situação de rua, mesmo reconhecendo, com apoio da literatura especializada, que algumas práticas, comportamentos e outros aspectos de sua apresentação pública pudessem indicar tal situação. Assim, embora ciente dos limites da observação nesses contextos de pesquisa, eu registrava o lugar e o horário e contava o número de pessoas com base no sexo e na idade. Registrava também a presença de pertences pessoais, materiais recicláveis, carrinhos, animais de estimação ou outros objetos associados à ocupação observada.

Além da representação espacial dos dados por meio da confecção de um croqui, eu também descrevia outros aspectos como, por exemplo, a formação de casais, a realização de atividades laborais, as dinâmicas das chegadas e saídas das respectivas áreas e a interação com transeuntes. Esse movimento durou aproximadamente 15 dias e garantiu uma melhor compreensão inicial do fenômeno, pois permitiu constatar diferenças bastante significativas entre as concentrações, não só no número de pessoas, mas também em seu comportamento. Um exemplo dessas diferenças era a prática do dormir em espaços públicos. Em determinadas áreas, predominava a de deitar-se diretamente no chão, inclusive sem cobertas ou papelão. Em outras, as pessoas estavam mais protegidas contra as intempéries, equipadas até mesmo com barracas de camping e sacos de dormir.

Após esse movimento exploratório, procurei estabelecer um diálogo direto com aquela população nos próprios espaços públicos. Para tanto, eu me dirigia a uma das áreas de concentração previamente identificadas e me sentava num banco onde acreditava estar uma pessoa em situação de rua. Após alguns minutos lendo jornal ou mexendo no celular, eu procurava puxar um assunto corriqueiro e, se houvesse abertura, me apresentava como pesquisador e comentava meu interesse pelo tema. O resultado foi frustrante, pois, na maioria das tentativas, os sujeitos se negavam a travar qualquer tipo de conversa, silenciavam ou saíam de onde estavam sentados e iam para outro lugar. Poucas vezes consegui estabelecer uma conversa mais prolongada. Sobre essa experiência de blindagem social, segue um trecho do meu caderno de campo:

Alguns indivíduos que abordei durante estas duas semanas apresentaram inicialmente algum grau de agressividade e se negaram completamente a conversar; outros permaneceram em silêncio, como se não tivessem sido abordados. Também houve aqueles que afirmaram de antemão não serem moradores de rua, ou seja, já haviam sido abordados por outros pesquisadores ou interessados pelo tema, mesmo sem qualquer viés acadêmico. Curiosamente, uma das pessoas abordadas chegou a me dizer que não vivia na cidade do Rio de Janeiro e, portanto, não poderia me ajudar. Todavia, algumas pessoas foram receptivas e estabeleceram alguma forma de diálogo. Um dos aspectos importantes foi que grande parte dos indivíduos apresentava um padrão de comportamento defensivo, buscando sintetizar ao máximo a conversa e finalizá-la o mais breve possível (Caderno de Campo – Largo São Francisco de Paula, 24 dez. 2011).

De fato, esse mecanismo de blindagem social é um elemento bastante recorrente, principalmente em virtude do quadro de riscos e vulnerabilidades que esse segmento social vivencia nos espaços públicos (Pain; Francis, 2004; Snow; Baker; Anderson, 1989). Por outro lado, foi interessante notar que, do mesmo modo que vigora para essa população uma lógica de invisibilidade socioespacial (por exemplo, serem ignorados por transeuntes quando pedem alguma coisa), eu senti na própria pele uma blindagem ao fazer esse movimento de aproximação.

Além disso, cabe ressaltar que essa população encontra-se cotidianamente exposta nos espaços públicos e é alvo de diferentes interesses em torno de acontecimentos na cidade. De acordo com Silva e Milito (1995, p. 171), “[a] curiosidade é o traço que, infelizmente, os pes-

quisadores compartilham com os policiais, alcagüetes e eventuais membros de redes rivais de controle”. De fato, não é de admirar o fato de a população em situação de rua haver estranhado minha forma de aproximação e meu desejo de obter informações sobre sua vida.

Diante das adversidades que marcaram os primeiros meses da pesquisa, optei por não avançar mais de maneira independente, por receio de um fechamento ainda maior junto à pesquisa. Decidi então buscar apoio junto à Secretaria Municipal de Assistência Social da cidade do Rio de Janeiro, o que representou uma espécie de rendição diante das dificuldades enfrentadas no campo. Uma vez tomada essa decisão, passei por todo um conjunto formal de etapas, que envolvia desde a redação de ofícios, o envio do projeto, a entrega de uma carta de intenções e dimensões éticas, até chegar à entrevista. A partir daí, fui encaminhado para o Centro Pop Bárbara Calazans.

Chegando ao local e depois de ser devidamente apresentado ao corpo profissional do Centro, fui confrontado com novas dificuldades para realizar a pesquisa. Assim como as pessoas em situação de rua com as quais eu havia tentado entrar em contato, os pedagogos, psicólogos, assistentes e educadores sociais de rua não se sentiam à vontade com a minha presença. Soube então que alguns pesquisadores que haviam frequentado os equipamentos da rede municipal da Assistência Social fizeram, ao término do trabalho, duras críticas acerca desses espaços e de seus profissionais. Isso fazia com que alguns se negassem a receber ou estabelecer maiores diálogos com pesquisadores.

Havia também um certo estranhamento com minha formação, pois a geografia era vista como um campo do conhecimento que, tradicionalmente, não tinha relação com o fenômeno. De fato, eu era o primeiro geógrafo a frequentar aquele centro para a realização de pesquisas. Assim, a própria tentativa de esclarecer certos aspectos da abordagem geográfica para os profissionais do Centro constituiu, para mim, um importante exercício reflexivo. Busquei também estabelecer aproximações e diálogos entre a geografia e o campo da assistência social. Entre as estratégias empregadas, destaco a leitura de documentos oficiais concernentes às políticas de assistência social para a população em situação de rua à luz dos conceitos de lugar, território, rede, corporeidade, estigma e segregação, os quais já faziam parte da “gramática” dos profissionais da assistência social.

Procurei, ao mesmo tempo, assegurar aos profissionais do Centro que eu não representava uma ameaça para eles e tampouco para as pessoas em situação de rua. Pouco a pouco fui sendo aceito. Entretanto, mesmo munido de questões orientadoras, eu não sabia exatamente como proceder operacionalmente. Optei por observar e acompanhar esses profissionais em suas práticas cotidianas. Esse movimento foi extremamente rico. Após percorrer diferentes áreas da cidade, em diferentes períodos do dia e da semana, e acompanhar a realização de distintas atividades rotineiras do Centro, compreendi melhor certas questões discutidas na bibliografia, o que me levou a repensar muitos aspectos de minha própria pesquisa.

Durante esse período da pesquisa, fui surpreendido pelo grande conhecimento e pela sensibilidade de um educador social de rua. Sua presença era aceita com bastante ânimo por pessoas em situação de rua nas diferentes áreas de concentração do centro da cidade. Era tratado pelo nome, recebia cumprimentos calorosos e uma série de solicitações. Ele também tratava muitas dessas pessoas pelo nome e era procurado até mesmo por aqueles

que estavam há pouco tempo em situação de rua ou que eram recém-chegados à área central. Sem dúvida, constituía uma referência fundamental da assistência social naquela região da cidade.

O educador social em questão reconhecia também a complexidade das relações que envolviam a população em situação de rua e do próprio quadro social e político da área central. Por diversas vezes, o vi mediando conflitos que poderiam ter desencadeado graves revanchismos e até mesmo mortes. Mesmo sem ter formação acadêmica num campo disciplinar das ciências humanas e sociais, compreendia a lógica dos poderes e os limites da assistência social nos espaços públicos.

Sua postura era leve e descontraída, porém extremamente cuidadosa e hábil. Confrontado com situações adversas, ora demonstrava compreensão, ora fazia-se de desentendido. Reconhecia sobretudo a situação de vulnerabilidade em que se encontram os profissionais da assistência social, tendo em vista o quadro de violência que caracterizava a área central do Rio de Janeiro, e sabia que qualquer passo em falso poderia torná-lo um alvo fácil. De algum modo, a figura desse educador social caracterizou-se como uma espécie de modelo seguido por mim em diferentes aspectos.

Assim, esse período inicial do trabalho de campo ensejou uma série de questões relativas à posicionalidade e à reflexividade nas ciências humanas e sociais. A vivência com os profissionais da assistência social me fez compreender a complexidade que envolve a entrada de um determinado sujeito – nesse caso, a minha, como pesquisador – em uma configuração socioespacial preestabelecida. É preciso se reconhecer como uma nova peça que, ao ser inserida em um jogo de tabuleiro, produz outras relações, comportamentos e significados. Esse sujeito, inserido em uma labiríntica geometria de poder, passa a afetar os demais sujeitos e suas respectivas práticas espaciais. Essas interações fazem com que o pesquisador não pense ou realize qualquer movimento da mesma maneira, pois, agora, se vê inteiramente inserido no contexto a ser analisado, reconhecendo que é, ao mesmo tempo, modificador desse contexto e modificado por ele.

Aceitação, sociabilidade e descobertas no campo

Na prática, apesar de ter avançado em um conjunto de aspectos da pesquisa e ter consolidado o apoio dos profissionais da assistência social, em especial daquele que se tornaria o meu informante, eu seguia blindado junto à população em situação de rua. O fato era que eu acompanhava a rotina desses profissionais diariamente, mas, quando era apresentado para as pessoas que estavam em situação de rua, a interação muitas vezes resumia-se a um cordial aperto de mãos e algumas poucas palavras.

Uma atividade específica, organizada pelo Centro Pop, representou um ponto de inflexão em termos da minha aceitação pela população em situação de rua na área central da cidade. O futebol. O jogo era realizado uma vez por semana, com o intuito de gerar maior sensibilidade ao trabalho da assistência social. Constituía também uma estratégia de mediação de conflitos. Vislumbrei nessa forma de sociabilidade uma oportunidade de aproximação, embora não houvesse qualquer garantia, nos muitos compêndios de metodologia das ciências sociais, de que tal expediente seria exitoso.

No início, participei dando apoio logístico aos jogos, ou seja, carregando bolas, coletes, garrações de água etc. Em seguida, me integrei ao jogo como participante. Logo compreendi que precisaria ser extremamente cuidadoso com cada um dos meus movimentos em campo. Compreendi também que, durante as partidas, o tom acalorado, as expressões de masculinidade, inclusive com discussões ríspidas, faziam parte do processo e funcionavam como uma espécie de catarse para as pessoas envolvidas.

Encontrava-me diante de um desafio. Como participar ativamente do jogo sem entrar nas celeumas existentes? Estava claro que eu não podia recuar, ou seja, não podia demonstrar qualquer receio dos contatos corporais que fazem parte do jogo. Ao mesmo tempo, não queria incitar ou tomar parte nas desavenças entre os jogadores. Contudo, se parecesse que eu não estava jogando a sério, seria cobrado por meus companheiros de equipe, o que poderia inviabilizar qualquer aproximação e diálogo com eles. Em síntese: era preciso ser um jogador sem esquecer que era pesquisador e ser um pesquisador sem esquecer que era preciso jogar.

Essa condição de pesquisador-jogador e vice-versa orientava meu comportamento. Por exemplo, quando eu cometia uma falta, imediatamente pedia desculpas e assumia publicamente a infração. Quando fazia um gol e, principalmente, quando ganhava uma partida, comemorava sem muito entusiasmo, para não gerar maiores problemas com os adversários. De fato, cometer qualquer tipo de erro “dentro das quatro linhas” podia comprometer o desenvolvimento da pesquisa.

Depois de um mês participando dos jogos, as relações já se haviam estreitado, e minha imagem já estava fortemente associada àquela atividade. Uma vez que a prática do futebol era bem vista por aquela população, os seus valores positivos também se associavam a mim. Passei a receber maior atenção e interesse. Os próprios sujeitos começaram a perguntar por minhas intenções, embora já soubessem pelos próprios profissionais da assistência social que eu era um “professor da UFRJ” que estava escrevendo um livro sobre pessoas que viviam ou estavam tentando sair das ruas.

A partir daquele momento, os diálogos começaram a fluir e se tornaram mais calorosos, embora o futebol ainda fosse o elemento central. Essa construção relacional me permitiu circular pelas diferentes áreas de concentração daquela população e me aproximar das pessoas. Pouco a pouco eu começava a ser identificado e reconhecido, inclusive pelos meus interesses.

Passei a ser convidado a frequentar certos lugares na companhia daquelas pessoas e, principalmente, a ser convidado para almoçar no restaurante popular, algo que só ocorria com alguns profissionais da assistência social. Contudo, embora as conversas tenham se tornado mais abertas e despreocupadas, e os assuntos cada vez mais variados, eu ainda não ousava fazer perguntas diretas sobre os temas do meu interesse de pesquisa, pois não queria gerar qualquer ruptura dos vínculos que ainda estavam em formação. Entretanto, além dos tópicos mais frequentes das conversas (futebol, condições do tempo, qualidade do almoço etc.), também se discutiam experiências, práticas e estratégias espaciais daquela população, e o crescente interesse por parte de alguns sujeitos permitia aprofundar o diálogo sobre questões da pesquisa.

Os seis primeiros meses de trabalho de campo tiveram, portanto, um caráter exploratório e possibilitaram reflexões que orientariam a construção do instrumento de pesquisa. Partindo de uma perspectiva etnometodológica (Garfinkel, 2006), aprendi com os próprios sujeitos quais

eram as atividades mais importantes para compreender a vida cotidiana da população em situação de rua. Essas atividades foram ressignificadas em categorias espaciais de análises, as quais se tornaram a base para análise das lógicas e significados espaço-temporais daquela população.

Como desdobramento, construiu-se um instrumento de pesquisa semiestruturado que pretendia compreender, por meio de um método regressivo dos últimos sete dias de uma semana típica normal, como aquelas pessoas realizavam as atividades analisadas, identificando os lugares onde as realizavam e os significados de cada uma das lógicas de permanência, mobilidade e ritmos espaciais, marcos fundamentais para a construção do que se entendia como espacialidade na pesquisa.

Na prática, depois do período exploratório e da construção do instrumento central de análise, fizeram-se 108 entrevistas nos espaços públicos, ao longo dos 12 meses seguintes de trabalho de campo. Efetivamente, essas informações se constituíram como dados centrais para a realização da análise, ainda que as conversas informais, a observação direta, os registros imagéticos e as descrições, incluindo os croquis, tenham contribuído para a análise da dimensão espacial do fenômeno da população em situação de rua.

Considerações finais: o campo como um lugar em processo nas pesquisas espaciais

O conjunto de experiências que envolveu esta pesquisa é apenas mais um caso num quadro crescente de pesquisas em geografia humana. Trata-se de abordagens que se aproximam de grupos e segmentos populacionais essencialmente para compreender os próprios sujeitos e sua espacialidade cotidiana.

Assim, tão importante quanto o resultado dessas análises, é refletir sobre o modo como o pesquisador conduziu todo um processo de aproximações, diálogos, construção de instrumentos, métodos e técnicas, bem como outras estratégias que garantiram a realização da pesquisa. Por outro lado, há que refletir sobre os próprios sujeitos envolvidos, sobretudo em relação a abertura, aceitação, resistências e fechamentos durante a pesquisa. Esse tipo de enunciação, que também mostra o caráter desigual, solidário e/ou conflituoso da relação entre os diferentes sujeitos, possibilita uma série de avanços do próprio lugar da investigação num contexto ainda mais amplo. Por certo, esses movimentos revelam toda uma transparência, honestidade e reflexão crítica acerca dos limites e desafios que envolvem a complexidade de pesquisas relativas à dimensão espacial da sociedade.

Nesse sentido, o trabalho de campo se apresenta como um lugar em processo, onde se revela ao pesquisador – logicamente, em função de toda uma posição crítica e reflexiva – uma série de aberturas que não seriam possíveis se se o entendesse como mero instrumento temporário da coleta dados ou parte de uma pesquisa predeterminada.

Essa busca marcada por insegurança, dúvidas e incertezas faz do trabalho de campo em geografia humana um lugar por excelência para a compreensão do social, bem como para a reflexão e ampliação teórico-conceitual, seja por meio de novas aberturas a alguns conceitos tradicionalmente usados, pela incorporação de outros, menos familiares, e mesmo pela criação de novos.

O trabalho de campo segue presente e cumprindo um importante papel de formação no interior do campo disciplinar, mas, ao mesmo tempo, possibilita, reflexivamente, novos movimentos que impulsionam a própria geografia desde dentro, a partir de uma série de contestações, esgarçamentos e rupturas de alguns postulados e determinações, bem como a partir de novas aberturas e reflexões teóricas. Por fim, longe de tentar definir um lugar para o trabalho de campo na geografia, a metáfora que guiou o texto procurou refletir sobre a importância das diferentes relações e dinâmicas que integram o desenvolvimento da pesquisa e entendê-las como um processo capaz de orientar novas produções de conhecimento geográfico.

Referências

- ABREU, M. A. O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação – contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 56, p.112-122, 1994.
- BECKER, H. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BERGER, P.; LUCKMAN, T. *A construção social da realidade*. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- BUTLER, J. *Cuerpos que importan: sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”*. Buenos Aires: Paidós, 2008.
- CABRERA, P. *Huéspedes del aire: sociología de las personas sin hogar en Madrid*. Madrid: Universidad Pontificia Comillas, 1998.
- CASTRO, C. *La geografía en la vida cotidiana: de los mapas cognitivos al prejuicio regional*. Barcelona: Ediciones del Serbal, 1997.
- CICOUREL, A. Teoria e método em pesquisa de campo. In: GUIMARÃES, A. (Org.). *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro, Forense, 1980. p. 87-122.
- DALY, G. Homelessness and the street: observations from Britain, Canada and the United States. In: FYFE, N. (Org.). *Images of the street: planning, identity and control in public space*. London/New York: Routledge, 1998.
- _____. Migrants and gate keepers: the links between immigration and homelessness in Western Europe. *Cities*, v. 13, n. 1, p. 11-23, 1996.
- DE CERTEAU, M. *La invención del cotidiano 2: habitar, cocinar*. Cidade do México: Universidad Iberoamericana, 1999.
- _____. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- ESCOLAR, C. Epistemología del trabajo de campo en geografía: problemas en torno a la construcción de los datos. *Biblio 3W – Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona, v. 96, n. 1, 1998. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-96.htm>. Acesso em: 26 abr. 2018.

- ESCOREL, S. *Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1999.
- EYLES, J. *The geography of everyday*. In: GREGORY, D.; WALFORD, R. (Org.). *Horizons in human geography*. London: Macmillan, 1989. p. 102-107.
- FRANGELLA, S. *Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2010.
- GARFINKEL, H. *Estudios en etnometodología*. México/Bogotá: Anthropos/Universidad Nacional de Colombia, 2006.
- GIORGETTI, C. *Moradores de rua: uma questão social?* São Paulo: Fapesp/Educ, 2006.
- GOFFMAN, E. *Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise*. Petrópolis: Vozes, 2012.
- _____. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- _____. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- HÄGERSTRAND, T. *¿Que hay acerca de las personas en la ciencia regional?* Serie Geográfica, Madrid: Universidad de Alcalá de Henares, n. 1, p. 93-110, 1991.
- HELLER, A. *Sociología de la vida cotidiana*. Barcelona: Península, 1991.
- _____. *Historia y vida cotidiana: aportación a la sociología socialista*. Barcelona/México: Grijalbo, 1972.
- HOPE, M. *The Importance of Direct Experience: A Philosophical Defense of Fieldwork in Human Geography*. *Journal of Geography in Higher Education*, v. 33, n. 2, p. 169-182, 2009.
- KASPER, C. *Habitar a rua*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.
- KATZ, C. *Playing the field: questions of fieldwork in geography*. *Professional Geographer*, v. 46, n. 1, p. 67-72, 1994.
- LACOSTE, I. *A pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos*. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, v. 84, n. 1, p. 77-92, 2006.
- LEFEBVRE, H. *Critique of everyday life*. London/New York: Verso, 1991.
- _____. *La vida cotidiana en el mundo moderno*. Madrid: Alianza, 1980.
- LEITE, L. *A razão dos invencíveis – meninos de rua: o rompimento da ordem (1554-1994)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1998.
- LEVANTAMENTO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Cadernos de Assistência Social*, v. 18. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro, 2008
- LINDÓN, A. *Los imaginarios urbanos y el constructivismo geográfico: los hologramas espaciales*. *Revista Eure*, Santiago de Chile: Pontificia Universidad Católica de Chile, v. XXXIII, n. 99, p. 31-46, 2007.

- _____. La espacialidad de la vida cotidiana: hologramas socio-territoriales de la cotidianidad urbana. In: NOGUÉ, J.; ROMERO, J. (Org.). *Las otras geografías*. Valencia: Tirant lo Blanch, 2006. p. 425-445.
- _____. *La vida cotidiana y su espacio-temporalidad*. México: Anthropos, 2000.
- NAIRN, K. Parties on geography fieldtrips: embodied fieldwork? *New Zealand Women's Studies Journal*, v. 12, n. 2, p. 8-97, 1996.
- PAIN, R.; FRANCIS, P. Living with crime: spaces of risk for homeless young people. *Children's Geographies*, v. 2, n. 1, p. 95-110, 2004.
- PAUGAM, S. Afastar-se das prenoções. In: _____ (Org.). *A pesquisa sociológica*. Rio de Janeiro: Vozes, 2015. p. 17-32.
- PIRES DO RIO, G. Trabalho de campo na (re)construção da pesquisa geográfica: reflexões sobre um tradicional instrumento de investigação. *Geographia – UFF, Niterói*, v.13, 25, p. 42-58, 2012.
- RIZZINI, I. *Life on the streets: life trajectories of children and youth on the streets*. Rio de Janeiro: Loyola/Ed. PUC-Rio, 2003.
- ROBAINA, I. M. M. *Entre mobilidades e permanências: uma análise das espacialidades cotidianas da população em situação de rua na área central da cidade do Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- _____. “Nas margens do centro”: as populações de rua, suas sobrevivências e os espaços das grandes metrópoles. *Caderno de Geografia, Belo Horizonte: PUC Minas*, v. 23, p. 1-14, 2013.
- ROSA, C. *Vidas nas ruas*. São Paulo: Hucitec/Rede Rua, 2005.
- RUELLAN, F. O trabalho de campo nas pesquisas originais de geografia regional. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 35-50, 1944.
- SCHMIDT, K.; ROBAINA, I. M. M. Beyond Removal: Critically Engaging in Research on Geographies of Homelessness in the City of Rio de Janeiro. *Journal of Latin American Geography*, Austin, v. 16, n. 1, p. 93-116, 2017.
- SCHÜTZ, A. *Fenomenologia e relações sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- SILVA, H.; MILITO, C. *Vozes do meio-fio: etnografia sobre a singularidade dos diálogos que envolvem meninos e adolescentes ou que tomam a adolescência e a infância por tema e objeto nas ruas da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.
- SNOW, D.; ANDERSON, L. *Desafortunados: um estudo sobre o povo da rua*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- SNOW, D.; BECKER, S.; ANDERSON, L. *Criminality and Homeless Men: An Empirical Assessment*. *Social Problems*, Oxford, 36, 5, p. 532-549, 1998.

- SPRINGER, S. Homelessness: A proposal for a global definition and classification, *Habitat International*, v. 24, n. 4, p. 475-484, 2000.
- STOFFELS, M. Os mendigos na cidade de São Paulo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- SUERTEGARAY, D. M. A. Pesquisa de campo em geografia. *Geographia*, Niterói, v. 4, n. 7, p. 64-68, 2002.
- VARANDA, V.; ADORNO, R. Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 56-69, 2004.
- VIEIRA, M. A. C.; BEZERRA, E. M. R.; ROSA, C. M. M. (Org.). População de rua: quem é, como vive, como é vista. São Paulo: Hucitec, 1992.
- WOLF, M. Sociología de la vida cotidiana. Madrid: Cátedra Teorema, 1979.
- ZUSMAN, P. La tradición del trabajo de campo en geografía. *Geograficando*, La Plata, v. 7, n. 7, p. 15-32, 2011.